



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FAE)
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL: DESAFIOS E RESULTADOS

SILVÂNIA MARIA DA SILVA BRITO

**BELO HORIZONTE
2015**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FAE)
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL: DESAFIOS E RESULTADOS

Trabalho apresentado como requisito necessário para a conclusão do Curso de Pós Graduação em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), sob orientação do (a) Professor (a) Aline Gabriele Pereira do Curso de Especialização em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

**BELO HORIZONTE
2015**

FOLHA DE APROVAÇÃO

Silvânia Maria da Silva Brito

EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL: DESAFIOS E RESULTADOS

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado em 01 de agosto de dois mil e quinze, como requisito necessário para a obtenção do título de Especialista em Gestão Escolar, aprovado pela Banca Examinadora, constituída pelos seguintes educadores:

Prof. Nome completo do Professor – Avaliador

Prof. M^a. Aline Gabriele Pereira– Orientadora

Silvânia Maria da Silva Brito - cursista

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aos meus pais "*In Memoriam*", Idelfonso e Jupira.
Apesar de hoje não se encontrarem mais comigo, são estrelas de brilho incomum ao lado do Senhor e que me acompanham, onde quer que eu vá.
Meu orgulho e eterna gratidão por terem me concedido a honra de nascer dos dois.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, que em sua infinita bondade, amparou-me até aqui, dando-me força e coragem para superar as dificuldades, não me permitindo desistir nem ceder ao cansaço.

Ao ensinamento de todos os professores, ao apoio da minha família (marido, filhos e nora) e especialmente a mim, que nunca desisto do que quero, que mantive o meu foco para seguir em frente, pois o sonho se tornou realidade.

“Se educamos sem dialogar com os saberes e experiências que os alunos trazem para a escola, estaremos contribuindo para dificultar as suas aprendizagens e para aumentar os índices de exclusão escolar. Portanto, inviabilizamos a inclusão educacional, cultural social e política, dificultamos a superação da desigualdade social, da violência que hoje ganha fôlego na sociedade mundial, e a manutenção e a conquista de novos direitos sociais, culturais, econômicos e políticos. E uma das maneiras de enfrentarmos esses desafios é investirmos mais tempo e energia, com rigor, seriedade e sempre com muita música e alegria, no que temos chamado de educação integral. Isso se faz tanto no cotidiano de nossas atividades escolares/comunitárias, como no âmbito de nossa participação e acompanhamento das diferentes políticas públicas em nossa sociedade.”

Paulo Roberto Padilha.

RESUMO

O Presente trabalho apresenta um breve estudo sobre a educação em tempo integral, proposta que vem sendo difundida e se multiplicado nas escolas brasileiras. Objetiva-se discutir a importância da educação em tempo integral, e os desafios enfrentados em sua implementação. Para tanto, será utilizada a revisão de textos que tratam do assunto, bem como o relato de experiência da implantação da educação em tempo integral nas escolas estaduais Antônio Loureiro Sobrinho e João Felisberto da Costa, ambas localizadas no estado de Minas Gerais. Na primeira escola, houve restrição quanto à designação de docentes por parte do estado, e assim, tornou-se impossível prosseguir com a oferta do projeto; já na segunda, o projeto implementado em 2010, apesar de ter enfrentado resistência da comunidade escolar a princípio, permanece em atividade e já apresenta resultados positivos como a aquisição de materiais e equipamentos diversificados; formação continuada dos profissionais; melhoria dos resultados obtidos pelos alunos nas avaliações externas, entre outros.

Palavras-chave: Educação em tempo integral; Programa Mais Educação; PROETI; Projeto Político-Pedagógico.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
1. EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL: DESAFIOS E RESULTADOS	10
CONSIDERAÇÕES FINAIS	17
REFERÊNCIAS.....	18
ANEXO: Projeto Político-Pedagógico.....	20

INTRODUÇÃO

A educação em tempo integral é uma proposta que vem sendo difundida e se multiplicado nas escolas brasileiras. Porém para que se torne realidade e atinja o máximo de seu potencial, é necessário que as escolas a conheçam e possam realmente adequá-la à sua realidade.

Torna-se importante ressaltar que segundo a UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (DELORS *et al*, 2010), educação integral representa a educação das pessoas como um todo, de acordo com os quatro pilares da Educação, ou seja: afetivo-emocional, cognitivo, ético-moral e psicomotora, sendo que os mesmos contribuirão para o desenvolvimento da personalidade da criança. Já a educação em tempo integral é voltada para a ampliação do tempo, prolongando assim a permanência dos educandos dentro das instituições escolares, com atividades diversificadas e atrativas. Assim, a educação em tempo integral pode ser uma importante ferramenta na busca de uma educação integral, na medida em que proporciona atividades diversificadas que trabalham habilidades para além do cognitivo, entretanto, a oferta do tempo integral não garante uma educação integral.

Sendo assim, para a implantação da educação em tempo integral, bem como para a busca de uma educação integral, é imprescindível também que a participação e o diálogo entre escola e comunidade seja exercitado, pois a escola precisa abrir suas portas para os saberes que estão além de seus muros.

De nada adiantará esticar a corda do tempo: ela não redimensionará, obrigatoriamente, esse espaço. É nesse contexto que a Educação integral emerge como uma perspectiva capaz de re-significar os tempos e os espaços escolares (MOLL, 2009, p. 18).

Vale lembrar que em 2007 os governos e a sociedade firmaram o compromisso Todos pela Educação, objetivando que a educação tenha grandes avanços e os alunos alcancem um alto nível de desempenho (BRASIL, 2007). Por essa razão, vem sendo implementada nas escolas a educação em tempo integral, em jornada ampliada, através do Programa Mais Educação do Ministério da Educação (MEC), criado pela Portaria Interministerial 17/2007 e pelo Decreto 7083 de 27/01/2010.

Com o surgimento do Programa Mais Educação – PME, verificamos que a ideia da educação em tempo integral começa a configurar-se como uma política educacional, pois escolas e poder público se articulam tendo como fim precípua a qualificação do ensino, a melhoria e ressignificação do tempo escolar. Sua organização tem respaldo por uma legislação coerente e consistente, que pode ser apresentada através da linha do tempo a seguir:

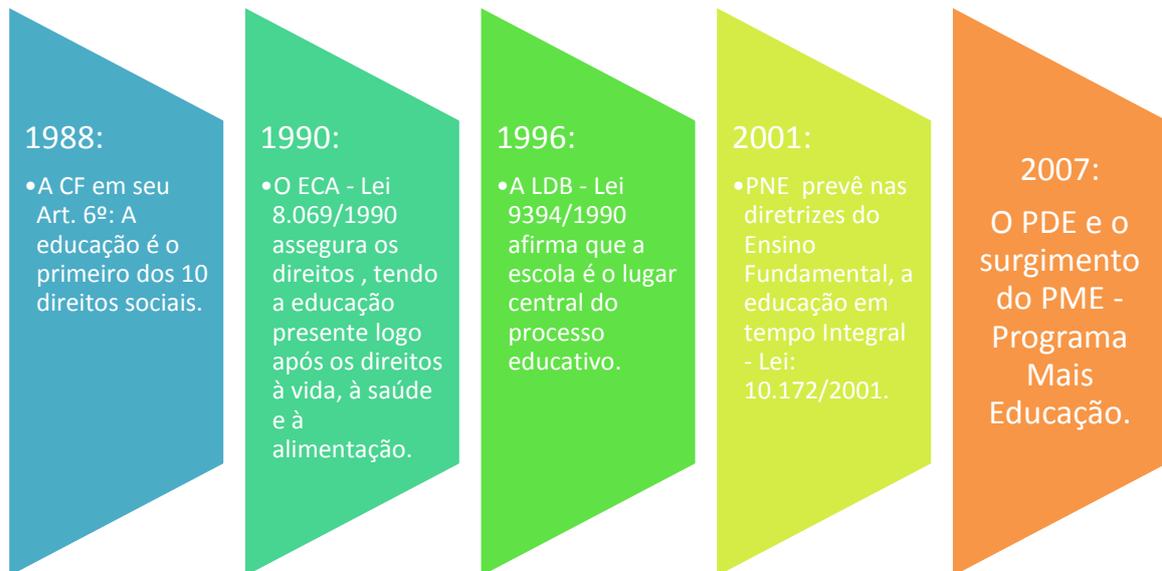


Figura 1

Em resposta a essa legislação e seguindo o movimento feito pela união, os estados também vêm desenvolvendo seus projetos para a implementação da educação em tempo integral. No caso do estado de Minas Gerais, o Projeto Escola de Tempo Integral (PROETI), criado em 2007, oferecido pela Secretaria do Estado de Educação (SEE/MG), tem como objetivo promover e garantir o desenvolvimento integral dos estudantes da rede pública estadual e assegurar, de forma democrática e participativa, uma Política de Educação Integral para todos os estudantes (MINAS GERAIS, 2015).

Levando em consideração todos esses fatores, no ano de 2013, a Escola Estadual Antônio Loureiro Sobrinho, localizada no município de João Monlevade-MG, iniciou a implementação do Projeto Escola de Tempo Integral (PROETI). Entretanto, assim como consta em seu Projeto Político-Pedagógico (em anexo, p.

23), houve restrição quanto à designação de docentes por parte do estado, e assim, tornou-se impossível prosseguir com a oferta do projeto no ano seguinte.

Diferentemente da experiência realizada na Escola Estadual Antônio Loureiro Sobrinho, a Escola Estadual João Felisberto da Costa, localizada no distrito de São Sebastião do Óculo, em Raul Soares-MG, foi positiva e perdura desde sua implementação, em 2010.

Surge então o tema de apresentação deste trabalho, no qual objetiva-se discutir a importância da educação em tempo integral, e os desafios enfrentados em sua implementação. Para tanto, será utilizada a revisão de textos que tratam do assunto, bem como o relato de experiência da implantação da educação em tempo integral nas escolas estaduais Antônio Loureiro Sobrinho e João Felisberto da Costa, ambas localizadas no estado de Minas Gerais.

1. EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL: DESAFIOS E RESULTADOS

Vivemos um momento de grandiosas propostas transformadoras no campo educacional. A conjugação de esforços pela melhoria da educação básica tem movimentado os mais diversos atores sociais Brasil afora. Como resultado desses movimentos, cada vez mais se ouve falar de temas importantes relacionados à: qualidade do ensino, aprendizagem significativa, tempo escolar, tecnologias, entre outras. Complementando esse quadro, eis que a Educação em tempo integral prossegue como tema central de discussões, mesmo sendo um ideal presente nas legislações educacionais brasileiras há bastante tempo (MOLL, 2009).

Já na década de 1950, pensando na implementação de um Sistema Público de Ensino para o país, o educador Anísio Teixeira defendia uma escola que

Desse às crianças um programa completo de leitura, aritmética e escrita, ciências físicas e sociais, e mais artes industriais, desenho, música, dança e educação física, saúde e alimento à criança visto não ser possível educá-la no grau de desnutrição e abandono em que vivia (TEIXEIRA, 1959, *apud* MOLL, 2009).

A Constituição Federal assegura os direitos sociais e individuais e enumera a Educação como o primeiro entre os dez direitos sociais (BRASIL, 1988). Já o Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei nº 8.069/1990, também conhecido como “Constituição das Crianças”, especificamente assegura os direitos das mesmas em

seu art. 4º (BRASIL, 1990). É necessário destacar também que o Estatuto efetiva a formação integral evidenciando um currículo significativo frente aos desafios enfrentados.

No Município de Raul Soares, Minas Gerais, no Distrito de São Sebastião do Óculo, encontra-se a Escola Estadual João Felisberto da Costa, que ministra o Ensino Fundamental do 1º (primeiro) ao 9º (nono) ano e atende aos seus alunos, oferecendo o PROETI – Projeto Estratégico Educação em Tempo Integral para os alunos dos anos iniciais e finais do Ensino Fundamental. A escola existe há 50 anos e atende à população do Distrito de São Sebastião do Óculo, e ainda às comunidades rurais de suas imediações, no equivalente a 64% (sessenta e quatro) de seu alunado atual.

A educação em tempo integral surgiu com a ideia de constituir uma educação cidadã, superando as defasagens de aprendizagem dos alunos. Essas defasagens foram percebidas através do resultado das avaliações sistêmicas e constatava-se que um grande número de alunos possuía dificuldade de aprendizagem, principalmente com relação à leitura. Além do objetivo de aprimorar a aprendizagem, o projeto também focava na perspectiva de resolver a vulnerabilidade social da escola e alunos.

A partir do Projeto Político-Pedagógico e do diálogo com a comunidade escolar, esta escola organizou as atividades que seriam ofertadas, bem como definiu ações para a melhoria e permanência da oferta da educação em tempo integral.

O Projeto Político-Pedagógico (PPP) é a visão do que a instituição escolar pretende fazer, seus objetivos, metas e estratégias permanentes, tanto no que se refere às suas atividades pedagógicas como às funções administrativas. Portanto, o PPP faz parte do planejamento e da gestão escolar democrática (BRASIL, 1996). A questão principal do planejamento é expressar a capacidade de se transferir o planejado para a ação. Assim sendo, compete ao PPP a operacionalização do planejamento escolar em um movimento constante de reflexão-ação-reflexão.

É somente a partir do projeto político-pedagógico, construído coletivamente, que a escola pode orientar e articular as ações e atividades propostas na perspectiva da consecução da Educação Integral, baseada em princípios legais e valores sociais, referenciados nos desafios concretos da comunidade onde está inserida a escola (MOLL, 2009, p. 36).

A importância da construção coletiva do Projeto Político-Pedagógico está no fato de que ele passa a ser uma direção, um rumo intencional para as ações da escola. E assim, através desta construção coletiva, com foco na aprendizagem dos alunos, decidiu-se pela oferta da educação em tempo integral desde 2010, desenvolvendo as atividades propostas e buscando garantir que a extensão do tempo fosse de qualidade e aprendido.

Prioritariamente, o projeto se desenvolveria assim: para crianças com distorção idade-ano; necessidade de correção de fluxo (redução da evasão e/ou repetência); alunos beneficiários do Programa Bolsa Família¹; abuso, violência e trabalho infantil; baixo rendimento escolar.

A proposta educacional da escola de tempo integral promoveu a ampliação de tempos, espaços e oportunidades educativas e o compartilhamento da tarefa de educar e cuidar entre os profissionais da escola e de outras áreas, as famílias e outros atores sociais, sob a coordenação da escola e de seus professores, visando alcançar a melhoria da qualidade da aprendizagem e da convivência social e diminuir as diferenças de acesso ao conhecimento e aos bens culturais, em especial entre as populações socialmente mais vulneráveis (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2010, art. 37).

Sendo assim, precisamos entender o verdadeiro significado da Educação Integral, bem como nos inteirar dos desafios que a acompanham. Estes desafios perpassam pela criação de um currículo integrado, uma vez que não se trata de um reforço escolar, ele deve ser relevante e significativo. A escola necessita de uma infraestrutura adequada, pois a educação ultrapassa os muros da escola e a partir do momento que ultrapassa seus portões, é necessário que haja parceria, utilizando os espaços comunitários.

Essa estratégia promove a ampliação de tempos, espaços, oportunidades educativas e o compartilhamento da tarefa de educar entre os profissionais da educação e de outras áreas, as famílias e diferentes atores sociais, sob a coordenação da escola e dos professores. Isso porque a Educação Integral, associada ao processo de escolarização, pressupõe a aprendizagem conectada a vida e ao universo de interesses e de possibilidades das crianças, adolescentes e jovens (BRASIL, 2011, p. 01).

A Lei nº 10.172 de 09/01/2001, que trata do plano Nacional de Educação (PNE), apresenta a educação em tempo integral como um objetivo a ser implementado progressivamente pelas escolas de ensino fundamental, juntamente com a educação infantil. Já a Lei nº 13.005 de 25/06/2014, prevê em sua meta 06

¹ O Bolsa Família é um programa de transferência direta de renda que beneficia famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza em todo o país. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia>>, acesso em 03/06/2015.

(PNE 2011-2020) que esta oferta deverá ocorrer em 50% das escolas públicas de educação básica.

Em seu artigo “Tempo de Escola e Qualidade na Educação Pública”, Cavaliere (2007) delinea quatro concepções que se formam no entorno da proposta de educação de tempo integral, a partir de finais da década de 1990. Coloca-nos ela:

A visão predominante, de cunho assistencialista, vê a escola de tempo integral como uma escola para os desprivilegiados, que deve suprir deficiências gerais da formação dos alunos; uma escola que substitui a família e onde o mais relevante não é o conhecimento e sim a ocupação do tempo e a socialização primária (Cavaliere, 2007, p. 1028).

Dessa forma, para evitar que a educação em tempo integral tenha apenas esse cunho assistencialista, é importante que oportunize às crianças e jovens novas experiências de aprendizagem, mas para que isso ocorra, é necessário a ampliação e enriquecimento do currículo, favorecendo assim a transformação do indivíduo nas áreas: pessoal, social e cultural. Essas transformações vão acontecer pelo fato das crianças vivenciarem atitudes positivas nas oficinas a serem desenvolvidas. Surge então a importância de ter um Projeto Político-Pedagógico que priorize um currículo diversificado, em que haja garantia de atividades lúdicas para contribuir com a socialização de todos, bem como o desenvolvimento da autonomia, organização e responsabilidade.

Adiante, Cavaliere (2007, p. 1029), complementa:

Uma outra visão, também presente nos discursos de profissionais e autoridades, é a autoritária, na qual a escola de tempo integral é uma espécie de instituição de prevenção ao crime. [...] A ênfase está nas rotinas rígidas [...]. Já a concepção democrática de escola de tempo integral imagina que ela possa cumprir um papel emancipatório.

O tempo integral seria um meio a proporcionar uma educação mais efetiva do ponto de vista cultural, com o aprofundamento dos conhecimentos, do espírito crítico e das vivências democráticas. [...] Por fim, mais recentemente, surge uma visão de educação em tempo integral que independe da estruturação de uma escola de horário integral e que identificaremos aqui como uma concepção multisetorial de educação.

É importante destacar que há desafios também a serem enfrentados para ofertar a educação em tempo integral da melhor forma aos alunos. É necessário o apoio da comunidade escolar, repensar um currículo significativo e interdisciplinar, onde as disciplinas do núcleo comum se aliem às do núcleo diversificado (teatro, jogos, dança, esportes, etc.), não fazendo com que estas assumam caráter somente de recreação.

Outro ponto fundamental é também fazer uma análise criteriosa sobre o espaço físico para a organização deste currículo diversificado.

O espaço retrata a relação pedagógica. Nele é que nosso conviver vai sendo registrado, marcando nossas descobertas, nosso crescimento, nossas dúvidas. O espaço é o retrato da relação pedagógica porque registra, concretamente, através de sua arrumação [...] e organização [...] a nossa maneira de viver esta relação (FREIRE, 1993, p. 96).

O financiamento do projeto também é foco de atenção. Manter os alunos no contra turno requer professores capacitados, material pedagógico específico para os campos de atuação servindo de suporte aos educadores, implementando assim seu planejamento, alimentação de qualidade e adequação de espaços.

A Escola Estadual Antônio Loureiro Sobrinho teve barreiras quanto ao seu quadro de pessoal. Houve falta de recursos por parte do Poder Público para a contratação de professores e assim ficou inviável a continuidade do Projeto.

O diálogo com alunos, pais e servidores acerca da realização do mesmo, a definição das oficinas de acordo com a realidade e a necessidade da comunidade em que a escola está inserida, também é procedimento determinante para o sucesso da tão sonhada educação em tempo integral.

Se educamos sem dialogar com os saberes e experiências que os alunos trazem para a escola, estaremos contribuindo para dificultar as suas aprendizagens e para aumentar os índices de exclusão escolar. Portanto, inviabilizamos a inclusão educacional, cultural social e política, dificultamos a superação da desigualdade social, da violência que hoje ganha fôlego na sociedade mundial, e a manutenção e a conquista de novos direitos sociais, culturais, econômicos e políticos. E uma das maneiras de enfrentarmos esses desafios é investirmos mais tempo e energia, com rigor, seriedade e sempre com muita música e alegria, no que temos chamado de educação integral. Isso se faz tanto no cotidiano de nossas atividades escolares/comunitárias, como no âmbito de nossa participação e acompanhamento das diferentes políticas públicas em nossa sociedade (PADILHA, 2012, 361).

Na citação de Padilha, foi percebido que o diálogo favorece a aprendizagem, pois viabiliza a inclusão educacional. Para a escolha das atividades/oficinas que serão ofertadas, antes de tudo é necessário conhecer os anseios da comunidade escolar, privilegiando aquelas que irão contribuir para a vida em sociedade e que não repetirão a mesma metodologia aplicada no turno regular.

A Escola Estadual João Felisberto da Costa é pequena, localizada numa comunidade carente, onde as famílias dos alunos não têm grandes perspectivas com o estudo e também há uma carência muito grande de empregos. Diante disso,

os pais não colocam a educação como prioridade e muitos não concluíram o Ensino Fundamental, o que faz com que a maioria não dê um acompanhamento intensivo aos estudos de seus filhos.

Diante dessa realidade, uma das grandes preocupações da escola é trazer a família para dentro da escola. Formar uma rede de parceiros que possibilite ofertar, juntos, um ensino melhor e modificar a concepção da comunidade quanto à importância e necessidade de se ter uma boa escola, onde seus filhos sejam tratados com igualdade, e lhes ensine outros saberes além dos acadêmicos; que tenham aplicação prática e, futuramente, possam até lhes garantir o sustento.

Percebeu-se então, que somente as quatro horas diárias tornam-se um curto espaço de tempo para que se possa alcançar os objetivos propostos. Seria importante uma ampliação da jornada escolar. A opção pela implantação foi discutida com toda equipe, pois além da permanência por mais tempo na escola, a intensão maior seria potencializar a aprendizagem dos alunos.

Um ponto relevante quando a proposta foi elaborada era que, apesar da localidade ser distante do Município, do Distrito não contar com outras dimensões sociais, a escola é muito bem estruturada tanto na parte física quanto nos recursos pedagógicos e tecnológicos existentes, e isto faz com que os alunos sintam-se felizes e dispostos a permanecer na escola.

Grande parte dos alunos mora em locais distantes da sede do Distrito, andam longas distâncias a pé, não possuem em casa boa estrutura, e quando chegam da escola não há nada atraente para se fazer a não ser o trabalho do campo, ajudando os pais.

Quanto aos desafios, esses não param, mas no início, o maior deles foi convencer os pais de que o aumento do tempo só faria bem aos seus filhos. Como a grande maioria não tem muita escolaridade e não possuem grandes perspectivas, acabavam considerando perda de tempo o prolongamento da jornada. Outros gostaram da ideia porque assim poderiam trabalhar sossegados sem se preocuparem com os filhos sozinhos em casa. Foi percebido que essas mudanças sociais necessitariam de tempo e maiores esclarecimentos para que todos pudessem se adequar à proposta.

Foi desafiador para os educadores também se adequarem à proposta, pois não podiam repetir o que acontecia no turno regular. As turmas eram mistas, misturando crianças com adolescentes, e manter a disciplina era um grande teste.

E assim, a proposta de implantação de educação em tempo integral que a Escola Estadual João Felisberto da Costa propunha à sua comunidade escolar, teria o fim precípua de ajudar os alunos a vencerem suas dificuldades de forma diferenciada, utilizando todos os espaços escolares, bem como espaços comunitários educativos.

A educação integral de hoje para ser real precisa desenvolver-se em territórios mais amplos e em múltiplos espaços e lugares: na escola e também nas praças, nas ruas, nas bibliotecas, nos museus e nos teatros; mais além: na horta, na construção e no galinheiro da vizinhança. De tal forma que locais com potencial educativo até hoje ignorados pela escola possam ser utilizados pelo grupo de aprendizes para suas explorações e descobertas, porque se esses locais e equipamentos fazem parte da vida social desses grupos, estão plenos de significados e valores para serem apreendidos (LIBLIK; BRANCO, 2009, p. 391).

A aceitação do projeto não se deu imediatamente, porém foi importante para a escola financeiramente, pois os recursos advindos possibilitaram estruturar a escola com jogos pedagógicos diversificados, materiais esportivos de qualidade e novos equipamentos. A alimentação ofertada também foi ponto positivo, pois grande parte dos alunos não possui uma alimentação saudável e balanceada em casa. Alguns contam às vezes somente com a alimentação da escola durante o dia.

Já na Escola Estadual Antônio Loureiro Sobrinho, apesar de sua experiência com o projeto escola de tempo integral não ter tido sucesso quando o mesmo foi implantado, teve uma boa aceitação por parte da comunidade escolar. O trabalho começou com uma turma, com alunos dos anos iniciais (1º ao 5º ano). Porém, com o número reduzido de alunos, houve dispensa de professores e no ano seguinte foi interrompido.

Na Escola Estadual João Felisberto da Costa, o projeto teve início em 2010 e continua até hoje. Na época da abertura, eram atendidos 55 alunos, sendo estes, dos anos iniciais e finais do Ensino Fundamental (1º ao 9º ano), financiado pela Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais. Quando foi implantado, o projeto ofertava as oficinas de: Acompanhamento Pedagógico em Matemática e Letramento, que foram e ainda continuam sendo obrigatórias. Além delas, a escola oferece também as oficinas de Esporte e lazer/Recreação e lazer/Brinquedoteca;

Esporte e lazer/Tênis de mesa e Xadrez; Prevenção e promoção da saúde.

A partir de 2012 a escola passou a pertencer o Programa Mais Educação, passando a ser financiado pelo MEC, mas gerenciado pela SEE/MG.

De 2010 até hoje o projeto presta atendimento a duas turmas, geralmente no total de 50 a 55 alunos a cada ano.

Muitas coisas foram modificadas na escola. Houve grandes melhorias em sua infraestrutura. Os professores e alunos contam com excelentes materiais pedagógicos e equipamentos; formação continuada dos profissionais; excelente alimentação, sendo esta balanceada e seguindo o cardápio sugerido. Os alunos realizam excursões, participam de jogos e competições de Tênis de mesa e Xadrez, modalidades até então, desconhecidas pelos alunos. São feitas campanhas de conscientização junto à comunidade e a escola expandiu suas salas de aula, utilizando assim outros espaços da comunidade. Os resultados nas avaliações externas estão sendo muito satisfatórios, não existe na escola nenhum aluno não alfabetizado do 2º ao 9º ano. É oferecida aos alunos uma gama de fontes literárias diversificadas e isso tem contribuído para que a leitura seja foco em todos os anos de escolaridade.

Com tantas ações de melhoria o conceito do projeto junto à comunidade escolar cresceu muito. Os alunos estão cada vez mais empolgados e todos se sentem felizes na escola. O aumento das horas de permanência não é mais tortuoso.

É sabido que ainda há muito a fazer, crescer e construir, porém a comunidade escolar deseja ampliar sua Educação em Tempo Integral a todos os alunos, de forma que não haja nenhum aluno fora do projeto, bem como a continuidade da oferta do projeto com o mesmo padrão de qualidade que tem crescido a cada ano. A tarefa não é fácil, mas o trabalho em equipe é o diferencial para o alcance dos objetivos da escola.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para finalizar este trabalho, é fundamental refletir e reafirmar a importância de um diálogo com todos os envolvidos na comunidade escolar acerca da educação que se quer ofertar e o papel de cada um para as melhorias almeçadas para as

escolas.

Nesse sentido, reafirma-se também a necessidade de um estudo mais profundo sobre a Educação em Tempo Integral e a transformação do tempo e espaço que a mesma necessita. É preciso também de um estudo e modificações no Projeto Político-Pedagógico da escola, integrando o currículo escolar, tornando-o mais significativo.

A educação vem passando por muitas mudanças e às vezes a escola não percebe a importância de que o lúdico caminhe paralelo ao conhecimento acadêmico. A educação em tempo integral ainda necessita passar por adequações, reformas essenciais, além de políticas públicas eficazes, onde o Estado cumpra suas obrigações e não as transfira para outros agentes. E inclui-se aqui a contratação de profissionais capacitados, em número suficiente para um atendimento de qualidade.

Conclui-se que o “fazer juntos” aliado às responsabilidades do poder público podem transformar a educação contemporânea e o papel da escola, estabelecer parcerias e investir na preparação para a cidadania.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Manual do Programa Mais Educação**. Brasília: Ministério da Educação, 2011.

_____. **Decreto nº 7.083**, de 27 de janeiro 2010. Brasília, 2010.

_____. **Decreto nº 6.094**, de 24 de abril de 2007 - Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação. Brasília, 2007.

_____. **Lei nº 9394**, de 20 de dezembro de 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Básica. Brasília: 1996.

_____. **Lei nº 8.069**, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da criança e do adolescente. Brasília, 1990.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil** de 5 de outubro de 1988. Brasília, 1988.

CAVALIERE, A. M.. Tempo de escola e qualidade na educação pública. **Educação e Sociedade**. Campinas, vol. 28, n. 100 -Especial, p. 1015-1035, out. 2007.

DELORS, J. et al. (Org.). **Educação**: um tesouro a descobrir. Relatório para a

UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI. Brasília, julho de 2010.

FREIRE, M. Rotinas: construção do tempo na relação pedagógica. **Cadernos de Reflexão**. São Paulo, 1993.

LIBLIK, A. M. P.; BRANCO, V.. Projeto de Intervenção Pedagógica. *In*: LIBLIK, A. M. P.. **Educação integral e Integrada: no contexto da educação à distância**. Curitiba: UFPR/Setor de Educação, 2009.

MINAS GERAIS. **Resolução nº 2.749**, de 01 de abril de 2015. Secretaria do Estado de Educação, Belo Horizonte, 2015.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Resolução nº 7**, de 14 de dezembro de 2010. CNE/CEB. Brasília, 2010.

MOLL, J. (Org.). **Educação Integral**: texto referência para o debate nacional. Brasília: MEC/SECAD, 2009. 52p. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/cadfinal_educ_integral.pdf>, acesso em 30/04/2015.

PADILHA, P. R.. Educação integral e currículo intertranscultural. *In*: MOLL, J. et al. **Caminhos da educação integral no Brasil**: direito a outros tempos e espaços educativos. Porto Alegre: Penso, 2012.

ANEXO: Projeto Político-Pedagógico



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FaE)
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA ESTADUAL
ANTÔNIO LOUREIRO SOBRINHO**

**NEUZA ALVES DUARTE SOUZA
SILVÂNIA MARIA DA SILVA BRITO
VANILDA ANANIAS DA SILVA**

BELO HORIZONTE, 2015

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FaE)
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA ESTADUAL
ANTÔNIO LOUREIRO SOBRINHO**

Projeto Político Pedagógico apresentado como requisito necessário para conclusão das atividades desenvolvidas na Sala Ambiente Projeto Vivencial sob orientação da Professora Maria Cristina Marinho Serra Negra do Curso de Especialização em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

BELO HORIZONTE, 2015

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	3
2. FINALIDADES DA ESCOLA	5
3. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	7
3.1 Estrutura Organizacional Administrativa	7
3.2 Estrutura Organizacional Pedagógica	11
4. CURRÍCULO	12
5. TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES	19
6. PROCESSOS DE DECISÃO	21
8. RELAÇÕES DE TRABALHO	23
9. AVALIAÇÃO	25
CONSIDERAÇÕES FINAIS	30
REFERÊNCIAS	31

1. INTRODUÇÃO

O Projeto Político Pedagógico (PPP) representa “o corpo e a alma da escola, ou melhor, o que ela realmente é, o que a caracteriza e orienta a ação educativa” (OLIVEIRA, 2010).

Veiga (1998) afirma que existem vários caminhos para construção do PPP, de forma que haja entendimento e respeito pelo percurso trilhado em cada uma das escolas. Segundo Oliveira (2010):

[...] é necessário que a construção do PPP tenha bases democráticas e participativas, efetivando a educação como um bem público e de direito de todos, por isso essa construção deve considerar as necessidades de quem dela se utiliza e sua implementação precisa acontecer com qualidade social (OLIVEIRA, 2010, p.1).

A elaboração desse documento pautada em uma gestão democrática também é salientada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN 9.394/96), tendo:

[...] como base a participação efetiva de todos os segmentos da comunidade escolar, o respeito a normas coletivamente construídas para os processos de tomada de decisões e a garantia de amplo acesso às informações aos sujeitos da escola (SOUZA, 2005, p. 125).

A Escola Estadual Antônio Loureiro Sobrinho, foi criada sob o Decreto de nº 24.547 de 22 de março de 1985, conforme Processo nº 12.748, aprovado em 04 de março de 1.985, Parecer 126/86 e publicação do “MG” de 19 de março de 1985.

A escola com sede na cidade de João Monlevade - MG está situada à Rua Luiz Gonzaga s/nº, Bairro Santo Hipólito, numa zona urbana periférica, onde oferece o Ensino Fundamental e funciona em dois turnos, matutino e vespertino, atendendo a 137 alunos dos anos iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano - do Ciclo da Alfabetização e Ciclo Complementar). A instituição funciona em dois endereços, sede e anexo: a sede atende os 3º, 4º e 5º anos no turno matutino e 2º e 3º anos no vespertino, totalizando 103 alunos. No anexo, por sua vez, funciona uma turma do 1º ano, uma turma mista do 2º e 3º ano e outra turma mista de 4º e 5º ano, totalizando 34 alunos.

A E.E. Antônio Loureiro Sobrinho tem os prédios cedidos por tempo indeterminado pela Prefeitura Municipal de João Monlevade. Toda a documentação de servidores e alunos fica arquivada na Sede.

A escola sede possui cinco professores regentes, um Diretor, um Especialista, um Assistente Técnico de Educação Básica (ATB) itinerante, uma professora eventual (turno matutino), um PUB (Professor para Uso de Biblioteca), dois auxiliares de educação básica (ASB), um em cada turno, os quais cuidam, cada um em seu turno, da limpeza do prédio e da preparação da merenda dos alunos.

É fato que manter a escola bem equipada e organizada não é o suficiente para promover uma educação de qualidade. É também necessário que haja elaboração de um documento que mostre a escola, "o que ela realmente é, o que a caracteriza e orienta a ação educativa. O PPP da escola deve, de fato, mostrar a escola, com sua cultura organizacional, suas potencialidades e suas limitações" (OLIVEIRA, 2010).

Por isso é importante que este documento seja feito com a participação da comunidade escolar e atualizado. Trabalhando nesse sentido, a elaboração do Projeto Político Pedagógico (PPP) da Escola Estadual Antônio Loureiro Sobrinho teve a participação de todos os funcionários, pais e alunos da comunidade escolar. Vários encontros foram realizados visando analisar, discutir e propor ações com objetivo de melhorar a qualidade da educação na escola. Paralelo a estes encontros, a Superintendência Regional de Ensino (SRE) de Nova Era deu suporte e acompanhou a elaboração do Projeto.

2 – FINALIDADES DA ESCOLA

A finalidade da educação é proposta e apresentada por vários documentos como a Constituição Federal (CF), a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) e o Plano Nacional da Educação e Diretrizes Curriculares Nacionais.

A Constituição Federal, em seu art. 205, determina que:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 2006, art. 205º).

A mesma Constituição, em seu art. 206, estipula ainda que o ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

- I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;
- III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- V - valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas;
- VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei;
- VII - garantia de padrão de qualidade.
- VIII - piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos de lei federal (BRASIL, 2006, art. 206º).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9.394/96, por sua vez, em seu art. 2, salienta que:

A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1996, art. 2).

Desta forma, a garantia de acesso à educação de qualidade é legalmente garantida. Na proposta de que o ensino ocorra de forma adequada, a Resolução nº. 7, de 14 de dezembro de 2010, fixa as diretrizes para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos e afirma que:

O direito à educação, entendido como um direito inalienável do ser humano, constitui o fundamento maior destas Diretrizes. A educação, ao proporcionar o desenvolvimento do potencial humano, permite o exercício dos direitos civis, políticos, sociais e do direito à diferença, sendo ela mesma também um direito social, e possibilita a formação

cidadã e o usufruto dos bens sociais e culturais. (BRASIL, 2010, art. 5º)

Atendendo aos fins da Educação Nacional, aos objetivos gerais do Ensino e os objetivos da Secretaria Estadual da Educação (SEE/MG), a E. E. Antônio Loureiro Sobrinho se pauta nos princípios básicos da educação de acordo com a organização da Educação Básica, no Sistema Estadual de Ensino de Minas Gerais, que são:

- I-direito ao acesso e à permanência do educando na escola;
- II. liberdade de aprendizagem do aluno;
- III. pluralismo de ideias e concepções pedagógicas;
- IV. valorização do profissional da educação;
- V. gestão democrática do ensino público;
- VI. garantia do padrão de qualidade;
- VII. valorização da experiência extraescolar
- VIII. vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais (MINAS GERAIS, 2013).

A Instituição expressa seus anseios em desenvolver suas ações de forma que contemplem a vivência do aluno, favorecendo a reconstrução do conhecimento de forma contextualizada, tornando, alunos e professores, pesquisadores de informações e dados, que lhes permitirão a compreensão para se construir um mundo melhor e será sustentada pelos quatro pilares da Educação, elaborados pela Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI, de acordo com Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI, coordenada por Jacques Delors:

Aprender a conhecer enfatiza a importância do domínio dos próprios instrumentos de conhecimento para compreender o mundo. [...] Fundamenta-se no prazer de compreender, de conhecer e de descobrir.

Aprender a fazer [...] enfatiza-se a mobilização e desenvolvimento de capacidades como a de adaptar-se a um novo contexto de trabalho mais participativo, de natureza mais intelectual e que exige uma sólida base tecnológica.

Aprender a conviver é considerado um dos maiores desafios dos educadores. [...] Recomenda-se uma educação mais aberta ao diálogo e ao desenvolvimento do espírito crítico, ao processo de formação de um homem disposto a viver e trabalhar numa sociedade solidária.

Aprender a Ser recomenda que a educação deva contribuir para o desenvolvimento total da pessoa-corporeidade, inteligência, sentido estético, responsabilidade pessoal e espiritualidade, no sentido de que o aluno construa pensamentos autônomos e críticos (SME PATOS DE MINAS, 2005, p.10-11).

Por fim, reafirma-se o papel da equipe da E. E. Antônio Loureiro Sobrinho que tem como missão desenvolver uma educação comprometida com o desenvolvimento de capacidades e habilidades que permitam intervir na realidade para transformá-la, tendo como filosofia a formação de um cidadão participativo, solidário, com princípios éticos, sociais e culturais.

3. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

A estrutura organizacional de uma escola se identifica com dois tipos de estruturas: administrativas e pedagógicas.

Em seu texto, Oliveira, Morais e Dourado (1998) debatem os diversos conceitos de administração. O dicionário Aurélio conceitua a administração como “um conjunto de princípios, normas e funções que tem por fim ordenar os fatores de produção e controlar a sua produtividade e eficiência, para se obtiver determinado resultado”. Já Chiavenato (2000, p.6) define que a "administração é o processo de planejar, organizar, dirigir e controlar o uso de recursos a fim de alcançar objetivos".

Já o pedagógico acontece “nos diversos momentos da prática pedagógica, ou seja, no ato de ensinar, nas lutas políticas, no planejamento, na organização pedagógica da escola, na gestão, na relação com a comunidade” (Dourado, 1998, p. 90).

3.1 - Estruturas Organizacionais Administrativas

A direção da escola foi eleita através de uma eleição, com aprovação dos profissionais da escola e comunidade, para um mandato de três anos. A escola não possui um vice-diretor, pois de acordo com as normas da Resolução SEE nº. 2.442, de sete de novembro de 2013, é necessário ter no mínimo 10 turmas para que se tenha um vice-diretor, o que não é o caso da E. E. Antônio Loureiro Sobrinho.

A Resolução nº. 1.812 da SEE, de 22 de março de 2011, estabelece critérios e condições para a indicação de candidatos ao cargo de Diretor. O cargo em comissão de Diretor de Escola, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, é exercido em regime de dedicação exclusiva por servidor ocupante de cargo efetivo.

O Diretor Escolar ao assumir sua função assina um termo de compromisso disposto no artigo 28 do Decreto nº. 44.559, de 29/06/2007, que deverá:

I - representar oficialmente a escola, tornando-a aberta aos interesses da comunidade, estimulando o envolvimento dos alunos, pais, professores e demais membros da equipe escolar;

II – zelar, por meio das ações abaixo detalhadas, para que a escola estadual sob minha responsabilidade ofereça serviços educacionais de qualidade, conforme plano de metas a ser pactuado no prazo de dois meses com a Secretaria de Estado de Educação-SEE/MG:

Coordenar o Projeto Pedagógico, apoiar o desenvolvimento e divulgar a avaliação pedagógica, adotar medidas para elevar os níveis de proficiência dos alunos nas avaliações externas, sanar as dificuldades apontadas nas avaliações externas, estimular o desenvolvimento profissional dos professores e demais servidores em sua formação e qualificação, organizar o quadro de pessoal, acompanhar a frequência dos servidores e conduzir a avaliação de desempenho da equipe da escola, garantir a legalidade e regularidade da escola e a autenticidade da vida escolar dos alunos;

III - zelar pela manutenção dos bens patrimoniais, do prédio e mobiliário escolar;

IV - indicar necessidades de reforma e ampliação do prédio e do acervo patrimonial;

V - prestar contas das ações realizadas durante o período em que exercer a direção da escola e a presidência do Colegiado Escolar;

VI - assegurar a regularidade do funcionamento da Caixa Escolar;

VII – fornecer, com fidedignidade, os dados solicitados pela SEE/MG, observando os prazos estabelecidos;

VIII - observar e cumprir a legislação vigente (MINAS GERAIS, 2007, art. 28).

Há também um Especialista em Educação Básica (Supervisor Pedagógico) que cumpre uma jornada semanal de 24 (vinte quatro) horas e é responsável, juntamente com a direção da escola, de "ser o eixo a nortear o planejamento, a implementação e o desenvolvimento das ações educacionais" (MINAS GERAIS, 2010, p.13).

A escola possui um ATB financeiro itinerante, que trabalha dois dias da semana em uma escola e três dias em outra. Atualmente a Resolução não autoriza a designação de um Auxiliar de Secretaria (ATB) para as escolas com número de alunos inferior a 200. Portanto, a secretária exerce um cargo de comissão, sendo responsável pelo registro dos documentos referentes à vida escolar dos alunos e dos professores, executando, sozinha, todo o serviço de secretaria.

A cantina conta com duas auxiliares de cozinha que preparam a merenda dos alunos (lanches e almoço) e mantém a limpeza da escola. Elas recebem orientações pela direção da equipe através de leitura sobre higiene pessoal, do local de trabalho e também sobre a manipulação de alimentos. O serviço é feito com capricho e zelo, além disso, elas ajudam no recreio,

orientam os alunos a merendarem adequadamente, a levarem o vasilhame para a cozinha e colocá-los separadamente.

O cardápio escolar é elaborado a partir de 70 sugestões de cardápios enviados pela Secretaria Estadual de Educação. Depois de proposto, o cardápio é encaminhado à Secretaria Regional de Nova Era para aprovação.

A escola ainda conta com um Colegiado Escolar composto pelos segmentos de pais, professores, alunos e outros profissionais, eleitos pelos seus pares. Sendo assim, as reuniões realizadas têm a participação dos membros do Colegiado, Conselho Fiscal e Comissão de Licitação para que mais pessoas possam se inteirar dos recursos recebidos bem como da sua utilização. Às vezes, projetos ou ações pedagógicas que exijam a presença de seus membros do Colegiado são aprovados em reunião de Módulo II.

O prédio da escola precisa de melhorias para atender melhor os alunos, os professores e a comunidade local. A escola é toda murada, possui 02 salas de aula, 01 sala para laboratório de informática e 01 sala de recursos no 2º piso.

O engenheiro da Secretaria Estadual da Educação (SEE) fez a avaliação da necessidade de reforma do prédio escolar em julho de 2013 e priorizou os espaços: laboratório de informática e biblioteca, que serão realocados para o piso térreo, e será construída outra cozinha de acordo com as normas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), com banheiro para ASB, depósito para armazenamento dos produtos de limpeza, alimentação, adequação para os eletrodomésticos – freezer, geladeira, fogão e forno e um banheiro para atender a acessibilidade. Para este projeto o recurso ainda não foi liberado, uma vez que a SEE/MG alegou que estão atendendo as necessidades mais emergenciais.

O espaço físico da escola Sede é amplo, as três salas de aulas são padronizadas com 49m²; uma sala para a biblioteca com bom espaço e conta com 03 conjuntos de mesas com quatro cadeiras cada. Além disso, a biblioteca tem um computador, uma televisão de 42", um aparelho de DVD, um projetor de imagem e cadeiras de polietileno para assistir filmes. A biblioteca é

registrada, com um considerável acervo de livros literários infantis para alunos do 1º ao 5º ano.

A cozinha da escola é ampla e equipada com liquidificador e espremedor de laranja industrial; fogão quatro bocas industrial, forno elétrico, dois freezers, duas geladeiras e tem um balcão para servir a merenda, pia com bancada para armazenar vasilhames, com depósito amplo e armário embutido. A sala para os professores tem um sanitário, um bebedouro, com arquivos e armários para guardar materiais de uso coletivo (livros, jogos, brinquedos), computador; enquanto a sala para o especialista tem arquivo, uma mesa e cadeira, 04 conjuntos de carteiras para atividades com alunos.

A secretaria tem o espaço dividido com a direção e tem 49m², 05 mesas de secretarias, um armário, um arquivo, um armário de aço, dois computadores e uma impressora multifuncional.

O pátio da escola é coberto (telhado) onde há um palco para apresentações de alunos, o qual se expande até o refeitório no 1º piso. Esse refeitório, por sua vez, tem 03 mesas de ardósia e 02 bancos que são utilizados no recreio para alimentação e também realização de oficinas de pinturas, confecção de cartazes, dentre outras atividades realizadas com os alunos. A quadra da instituição é pequena e não é coberta, e há um amplo espaço que antecede o prédio.

O prédio anexo, o qual é chamado de 2º Endereço (nas documentações escolares e sistema SEE), é murado; com exceção das 02 salas de aula que têm 42m², todo espaço é restrito. A cozinha é bem pequena, cabe apenas o fogão, a pia com bancada (embaixo) para armazenar material de limpeza; no depósito da cozinha que também é utilizado para o lanche dos professores, há um freezer, uma geladeira e duas prateleiras cimentadas para armazenar os gêneros alimentícios; o refeitório é coberto e tem uma mesa cimentada com 02 bancos que não comporta todos os alunos, mas o recreio é organizado para que todos possam realizar as refeições de forma adequada.

No prédio do anexo, existem 02 salas de aula, sendo utilizado o espaço que era da biblioteca como sala de aula (funciona apenas no turno matutino com 01 Auxiliar de Serviço para fazer a limpeza e merenda).

O espaço para a recreação é em torno da escola com aproximadamente 3m de largura. Os sanitários são bons e de uso coletivo.

Devido à restrição em termos de estrutura física no 2º endereço, sempre que há eventos e reuniões para reestruturação do PPP, os alunos, a comunidade e os funcionários do anexo vão para a escola Sede.

A Secretaria Estadual de Educação recebe recurso financeiro através do Governo Federal do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e repassa para a conta da Caixa Escolar, onde o diretor assina um Termo de Compromisso para administração do recurso. Outro recurso é Manutenção e Custeio, recurso do governo estadual para aquisição de material de consumo e/ou pagamento de serviços com o qual se adquire: materiais de higiene/limpeza, gás de cozinha e manutenção de equipamentos de informática e estrutura física, pequenos reparos, normalmente depositado em 3 parcelas; e o Programa de Dinheiro Direto da Escola (PDDE) Capital/Custeio que é recurso financeiro recebido uma vez no ano, em uma única parcela, através do Governo Federal.

3.2 – Estrutura Organizacional Pedagógica

A Escola Estadual Antônio Loureiro Sobrinho funciona em dois turnos, matutino e vespertino, atendendo a 137 alunos dos anos iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano - do Ciclo da Alfabetização e Ciclo Complementar).

A equipe da instituição se organiza e planeja todas as ações pautadas no Projeto Político Pedagógico da escola, inovando e buscando novas maneiras de ensinar para garantir qualidade no processo de ensino-aprendizagem.

É um grande desafio porque existem turmas multiseriadas, em que o acompanhamento é feito a partir de diagnósticos e as atividades são contextualizadas.

A capacitação de todos os profissionais é oferecida pela própria Escola, durante o módulo coletivo, com estudo das matrizes curriculares para

elaboração das atividades e adequação dos projetos desenvolvidos durante o ano escolar, pela SRE e SEE e em participação em congressos e palestras.

As orientações pedagógicas tem como suporte o Currículo Básico Comum, documento oficial do Estado de Minas Gerais que, através da Secretaria Estadual de Educação/SEE, determina as metas estabelecidas para a escola.

4. CURRÍCULO

Para Silva currículo é:

[...] um dos locais privilegiados onde se entrecruzam saber e poder, representação e domínio, discurso e regulação. É também no currículo que se condensam relações de poder que são cruciais para o processo de formação de subjetividades sociais (SILVA, 1996, p. 23).

Já para Sacristán o currículo é a:

[...] ligação entre a cultura e a sociedade exterior à escola e à educação; entre o conhecimento e cultura herdados e a aprendizagem dos alunos; entre a teoria (ideias, suposições e aspirações) e a prática possível, dadas determinadas condições (SACRISTÁN, 1999, p. 61).

O currículo não pode estar desvinculado da realidade local e cultural. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9.394/96 (LDBEN) destaca em seu artigo 26º:

Os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos;

§ 1º. Os currículos a que se refere o *caput* devem abranger, obrigatoriamente, o estudo da língua portuguesa e da matemática, o conhecimento do mundo físico e natural e da realidade social e política, especialmente do Brasil.

§ 2º. O ensino da arte, especialmente em suas expressões regionais, constituirá componente curricular obrigatório nos diversos níveis da educação básica, de forma a promover o desenvolvimento cultural dos alunos.

§ 3º. A educação física, integrada à proposta pedagógica da escola, é componente curricular obrigatório da Educação Básica, sendo sua prática facultativa ao aluno: [...].

§ 4º. O ensino da História do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígena, africana e europeia.

§ 5º. Na parte diversificada do currículo será incluído, obrigatoriamente, a partir da quinta série, o ensino de pelo menos uma língua estrangeira moderna, cuja escolha ficará a cargo da comunidade escolar, dentro das possibilidades da instituição (BRASIL, 1996, art. 26º).

Pacheco (1996, p. 19) afirma que "currículo é a construção permanente de práticas, com um significado marcadamente cultural e social, é um instrumento obrigatório para análise e melhoria das decisões educativas".

Os quadros curriculares são organizados com os conteúdos, composição, estrutura, dosagem, sequência e duração de pelo menos 800

(oitocentas) horas anuais (anos iniciais) de atividades entre I - Base Nacional Comum e II - Parte diversificada.

O quadro Curricular da E.E. Antônio Loureiro Sobrinho é aprovado pelo Colegiado Escolar e pelo inspetor da SRE de Nova Era/MG.

ÁREAS DE CONHECIMENTO	COMPONENTES CURRICULARES	CICLO DA ALFABETIZAÇÃO						CICLO COMPLEMENTAR				
		1º ANO		2º ANO		3º ANO		4º ANO		5º ANO		
		A S	CHA	A S	CHA	A S	CHA	A S	CHA	AS	CHA	
BASE NACIONAL COMUM	Linguagens	Língua Portuguesa	07	233:20	07	233:20	07	233:20	07	233:20	07	233:20
		Arte	01	33:20	01	33:20	01	33:20	01	33:20	01	33:20
		Educação Física	02	66:40	02	66:40	02	66:40	02	66:40	02	66:40
	Matemática	Matemática	06	200:00	06	200:00	06	200:00	06	200:00	06	200:00
	Ciências da Natureza	Ciências da Natureza	02	66:40	02	66:40	02	66:40	02	66:40	02	66:40
	Ciências Humanas	Geografia	02	66:40	02	66:40	02	66:40	02	66:40	02	66:40
		História	02	66:40	02	66:40	02	66:40	02	66:40	02	66:40
	Ensino Religioso	Ensino Religioso	01	33:20	01	33:20	01	33:20	01	33:20	01	33:20
DIVERSIFICADA	Linguagens	Literatura Infantil	01	33:20	01	33:20	01	33:20	01	33:20	01	33:20
TOTAL			24	800:00	24	800:00	24	800:00	24	800:00	24	800:00

Legenda: AS: Aula Semanal

MA: Módulo Anual Anual

CHA: Carga Horária

DEMONSTRATIVO DE CARGA HORÁRIA

Indicadores Fixos	Ciclo da Alfabetização/Ciclo Complementar
Nº de dias letivos anuais	200
Nº de semanas letivas anuais	40 semanas
Carga Horária anual	800 horas
Duração do módulo/aula	0:50
Carga horária diária	4 horas (excluído o recreio)
Carga Horária Semanal	20 horas
Nº de módulos/aulas semanais	24 módulos

Duração do Recreio	0:15
--------------------	------

A Secretaria Estadual de Educação de Minas Gerais definiu um Currículo Básico de Ensino para todo o Estado em todas as disciplinas e estabeleceu as capacidades para cada ano de escolaridade de acordo com Resolução Nº 2.197 da SEE, de 26 de outubro de 2012, que dispõe sobre a organização e o funcionamento do ensino nas Escolas Estaduais de Educação Básica.

O art. 28 dessa Resolução estabelece a duração do Ensino Fundamental em nove anos, e estrutura-se em 4 (quatro) ciclos de escolaridade. Nesse contexto, a Escola Antônio Loureiro oferece o Ensino Fundamental do 1º ao 5º ano, considerando:

I - Ciclo da Alfabetização, com a duração de 3 (três) anos de escolaridade, 1º, 2º e 3º ano;

II - Ciclo Complementar, com a duração de 2 (dois) anos de escolaridade, 4º e 5º ano;

Art. 29. Os Ciclos da Alfabetização e Complementar devem garantir o princípio da continuidade da aprendizagem dos alunos, sem interrupção, com foco na alfabetização e letramento, voltados para ampliar as oportunidades de sistematização e aprofundamento das aprendizagens básicas, para todos os alunos, imprescindíveis ao prosseguimento dos estudos (MINAS GERAIS, 2012, art. 28º).

A ordenação do currículo do Ciclo da Alfabetização e Ciclo Complementar é organizada em eixos de trabalhos orientados para a construção de diferentes linguagens e para as relações que ela estabelece com os objetos de conhecimento. Já as capacidades que deverão ser consolidadas, ao final de cada ano, estão definidas no art. 61 da mesma resolução:

Art. 61 O Ciclo da Alfabetização, a que terão ingresso os alunos com seis anos de idade, terá suas atividades pedagógicas organizadas de modo a assegurar que, ao final de cada ano, todos os alunos tenham garantidos, pelo menos, os seguintes direitos de aprendizagem:

I - 1º ano:

- a) Desenvolver atitudes e disposições favoráveis à leitura;
- b) Conhecer os usos sociais da escrita;
- c) Compreender o princípio alfabético do sistema da escrita;
- d) Fazer uso da leitura e da escrita nas práticas sociais.

II- 2º ano

- a) Ler e compreender pequenos textos;
- b) Produzir pequenos textos escritos;
- c) Fazer uso da leitura e da escrita nas práticas sociais.

III- 3º ano

- a) Ler e compreender textos mais extensos;
- b) Localizar informações do texto;
- c) Ler oralmente com fluência e expressividade;

d) Produzir frases e pequenos textos com correção ortográfica.

§ 1º Ao final do Ciclo da Alfabetização, todos os alunos devem ter consolidado as capacidades referentes à leitura e à escrita necessárias para expressar-se, comunica-se e participar das práticas sociais letradas, e ter desenvolvido o gosto e apreço pela leitura.

§ 2º Ao final do Ciclo da Alfabetização, na área da Matemática, todos os alunos devem compreender e utilizar o sistema de numeração, dominar os fatos fundamentais da adição e subtração, realizar cálculos mentais com números pequenos, dominar conceitos básicos relativos a grandezas e medidas, espaço e forma e resolver operações matemáticas com autonomia.

Art. 62 O Ciclo Complementar, com o objetivo de consolidar a alfabetização e ampliar o letramento, terá suas atividades pedagógicas organizadas de modo a assegurar que todos os alunos, ao final de cada ano, tenham garantidos, pelo menos, os seguintes direitos de aprendizagem:

I - 4º ano:

- a) produzir textos adequados a diferentes objetivos, destinatários e contextos;
- b) utilizar princípios e regras ortográficas e conhecer as exceções;
- c) utilizar as diferentes fontes de leitura para obter informações adequadas a diferentes objetivos e interesses;
- d) selecionar textos literários segundo seus interesses.

II - 5º Ano:

- a) produzir, com autonomia, textos com coerência de ideias, correção ortográfica e gramatical;
- b) ler, compreendendo o conteúdo dos textos, sejam informativos, literários, de comunicação ou outros.

§ 1º Ao final do Ciclo Complementar, todos os alunos deverão ser capazes de ler, compreender, retirar informações contidas no texto e redigir com coerência, coesão, correção ortográfica e gramatical.

§ 2º Ao final do Ciclo Complementar, na área da Matemática, todos os alunos devem dominar e compreender o uso do sistema de numeração, os fatos fundamentais da adição, subtração, multiplicação e divisão, realizar cálculos mentais, resolver operações matemáticas mais complexas, ter conhecimentos básicos relativos a grandezas e medidas, espaço e forma e ao tratamento de dados em gráficos e tabelas (MINAS GERAIS, 2012).

No art. 60 da Resolução Nº 2.197 da SEE, de 26 de outubro de 2012, são ressaltados o processo de alfabetização e o zelo com o letramento que:

[...] são a base de sustentação para o prosseguimento de estudos, com sucesso, as Escolas devem organizar suas atividades de modo a assegurar aos alunos um percurso contínuo de aprendizagens e a articulação do Ciclo da Alfabetização com o Ciclo Complementar (MINAS GERAIS, 2012, art. 60º)

O Atendimento Educacional Especializado (AEE) é parte integrante da educação regular, destinada aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades nas escolas comuns do ensino regular, garantindo o processo de inclusão. Desde o ano de 2012 a escola conta com

01 professor de Apoio para acompanhamento de uma aluna matriculada no 5º ano que é atendida pela escola em sua unidade anexo.

Nesse sentido, cabe ao Professor Regente de Turma e o Professor de Apoio a reformulação do Plano de Desenvolvimento Individual (PDI) do aluno, a cada ano, diante da sua necessidade de um tempo maior no Ensino Fundamental com flexibilização de 30% até 50% ao ser avaliado quantitativo.

Além disso, os professores do Ciclo da Alfabetização participam de uma capacitação do Governo Federal, Pacto Nacional Pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) - tendo como principal objetivo alfabetizar 100% dos alunos até o final do 3º ano do Ensino Fundamental.

Assim, a escola precisa buscar estratégias para garantir que cada criança de acordo com o ano de escolaridade alcance resultado satisfatório dentro das capacidades estabelecidas. Para atingir esse objetivo a escola tem trabalhado com os projetos de acordo com os eixos temáticos dos PCN's:

- Nossa Escola Lê (Português e Literatura) - projeto institucional desenvolvido pelas professoras: professora para uso de biblioteca (PUB), pela eventual e pela regente de turma com os alunos, uma vez por semana;
- Gibis – Maurício de Souza (Português e Literatura);
- Aniversário da escola e da cidade em parceria com a Prefeitura Municipal de João Monlevade;
- Festa junina – projeto institucional e interdisciplinar com data prevista no calendário escolar, sendo o evento mais esperado pela comunidade e pelos alunos.
- PAMMA (Prêmio ARCELOR MITTAL de Meio Ambiente) – projeto institucional e da cidade que trabalha com temas transversais. A empresa Arcelor Mittal capacita um professor e o Especialista da Escola que ficam responsáveis pelas orientações e distribuições de cartilhas para professores regentes e alunos, que irão realizar as atividades.

- Água – projeto desenvolvido pelas Professoras Regentes de turmas do 1º ao 5º ano de acordo com o nível de escolaridade dos alunos e em conformidade com as matrizes curriculares de Ciências. Período: maio a junho 2014.
- Mala Viajante – projeto desenvolvido pela Professora Regente do 1º ano Escola Sede: semelhante ao projeto NOSSA ESCOLA LÊ, porém um menino e uma menina levam numa pasta um livro, o qual deverá ser lido pelos pais/responsável legal ou outra pessoa que cuida da criança. Na escola a criança reconta a história ouvida em casa. O livro não é repetido. Período: junho a dezembro de 2014.
- Folclore (Português, Artes, Literatura, História) – projeto institucional de acordo com o nível de escolaridade dos alunos. Período: agosto de 2014.
- Festa da família/consciência negra: projeto institucional desenvolvido pelas Professoras: Professora para Uso de Biblioteca (PUB), Professora Eventual, Professoras Regentes, Auxiliares de Serviços da Educação Básica (ASB) com a participação das comunidades das duas escolas. É o segundo maior evento realizado na escola. Professores e alunos preparam atividades artísticas voltadas para o tema “Consciência Negra”. Período: novembro de 2014.
- Programa de Prevenção Contra as Drogas (PROERD) – projeto desenvolvido pela Polícia Militar de João Monlevade para os alunos do 5º ano;
- Roda de literatura (Português, Artes, Literatura) – projeto em desenvolvimento da Professora Regente do 2º ano Escola Sede. Período: agosto a dezembro de 2014.

- Plano de intervenção Pedagógica (PIP) do Ciclo de Alfabetização para os alunos do 3º ano e do 4º ano, com dificuldade na leitura e escrita. Este acompanhamento é realizado duas vezes por semana pelo professor bibliotecário.

A Resolução SEE-MG nº 2.197, de 26 de outubro de 2012, orienta as escolas estaduais a desenvolver de forma interdisciplinar os temas transversais:

- I- Educação para o Consumo (Lei 12.909, de 24.06.98), a orientação sexual (Lei nº 12.049, de 14.04.97), a educação ambiental (Lei nº 15.441, de 11.01.05) e os aspectos da vida cidadã (saúde, sexualidade, vida familiar e social, meio ambiente, trabalho, ciência e tecnologia, cultura e linguagens);
- II- o estudo sobre direitos humanos (lei nº12. 767, de 21.01.98) e cidadania (Lei nº 15.476, de 12.04.05);
- III- os conteúdos referentes à História e cultura Afro-Brasileira (Lei nº 11.645 e 11.03.08);
- IV- estudos sobre o uso de drogas e dependência química (Lei nº 13.411, de 21/12/1999) e higiene bucal (Lei nº13. 802, de 27.12.00);
- V- os direitos das crianças e adolescentes tendo como diretriz a Lei nº 8.069, de 13.07.90(Lei 11.525, de 25.09.2007).
- VI- a música como conteúdo obrigatório, mas não exclusivo, do componente curricular arte (Lei nº 11.769, de 18 de agosto de 2008);
- VII- educação para o trânsito- de acordo com o código de Trânsito brasileiro;
- VIII- educação alimentar e nutricional na escola-(Lei Federal nº 11.947 de 16.06.2009 e Leis estaduais nº 15.072 de 05.04.04 e nº 18.372 de 04.09.09);
- IX- direito do idoso e Educação Fiscal (MINAS GERAIS, 2012).

A escola que pretende formar indivíduos para o exercício da cidadania, não pode ignorar a realidade social e deve incorporá-la ao processo educativo. Estes projetos possibilitam trabalhos atualizados a partir de subprojetos, temas ou unidades geradoras, com objetivos de interação, crítica e atuação na realidade promovendo uma integração entre família – escola - comunidade e conhecimento.

Assim, como sugerido por Sacristán apud Moreira:

O conhecimento incide na ação como atributo do sujeito, não como algo que se dê à sua revelia. Daí a importância de se buscar compreender o que se passa em educação a partir da dinâmica das ações dos indivíduos e das ações sociais, a partir dos saberes e dos motivos dos sujeitos envolvidos na prática (MOREIRA, 2000, p. 45).

Todas as atividades são discutidas e programadas nos dias do planejamento previsto no calendário escolar ou nos momentos de reunião do

módulo II. Além dos Projetos Institucionais, várias outras propostas são consideradas relevantes, os projetos didáticos, construídos por professores e alunos conforme necessidade emergente, como o Plano de Intervenção Pedagógica.

5. TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES

A Escola Estadual Antônio Loureiro Sobrinho oferece o Ensino Fundamental, com a estrutura em ciclos: Ciclo da Alfabetização e Ciclo Complementar em Regime de Progressão Continuada, conforme legislação vigente.

O calendário escolar é elaborado anualmente para o Ensino Fundamental prevendo o ano letivo de acordo com o art. 24 da Lei 9.394/96 e com as orientações através da Resolução da Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais que estipula o mínimo de carga horária anual de 800 (oitocentas) horas distribuídas por um mínimo de 200 (duzentos) dias letivos, excluindo o período destinado à recuperação, com uma jornada de trabalho de 4 h e 15 minutos diárias, sendo 15 minutos para o recreio.

O ano letivo é dividido em 04 bimestres para efeito das avaliações disciplinares. Os alunos são avaliados através de conceitos A (alcançou as capacidades), B (alcançou parcialmente as capacidades) e C (ainda não alcançou as capacidades propostas). Os aspectos cognitivos, comportamentais e sociais são avaliados e registrados no diário de classe, na secretaria da escola as taletas são destacadas do diário do professor e lançados no Sistema Mineiro de Administração Escolar (SIMADE).

O professor regente dos anos iniciais da Rede Estadual de Ensino de Minas Gerais possui um cargo com a jornada de trabalho de 30 horas semanais, sendo 10 horas destinadas aos estudos e planejamento (coordenação). Sendo 5 horas locais definidas pela direção da escola, que são dispendidas na escola Sede da seguinte forma: todas as quartas-feiras, Módulo II com 2h de duração, nas quintas-feiras atividade extraclasse com 3h de duração e 05h em local definido pelo professor.

No início de cada ano os professores se reúnem e elaboram um planejamento anual de acordo as matrizes curriculares e com as orientações da Secretaria Estadual de Educação, em consonância com a proposta Pedagógica. O planejamento é dividido por bimestres, deste são definidos os eixos e capacidades para trabalhar semanalmente, tendo acompanhamento da

supervisora pedagógica, pela diretora e analista da Superintendência Regional de Ensino (SRE) de Nova Era, esta uma vez por mês.

O planejamento é analisado, revisto, adequando à realidade e necessidades diagnosticadas pelo professor e pela supervisora pedagógica em relação aos alunos e à turma, alternando as estratégias e metodologias para garantir equidade na aprendizagem.

Para atender essa demanda, a escola funciona em dois endereços: a Sede e o Anexo, sendo que os espaços atendem comunidades diferentes. O espaço físico da escola sede é amplo, contando com três salas e uma biblioteca registrada com bom espaço e um considerável acervo de livros literários infantis para alunos do 1º ao 5º ano.

O prédio abriga ainda uma cozinha, um refeitório, a sala dos professores, a sala do especialista e a secretaria. O pátio da escola é coberto e nele há um palco para apresentações de alunos. Entretanto, a quadra da instituição é pequena e descoberta. Na escola sede, no ano de 2013, foi ofertado o Projeto Escola de Tempo Integral, mas devido à falta de recursos humanos o PROETI precisou ser interrompido no ano seguinte.

A unidade anexa, por sua vez, é murada e dispõe de duas salas de aula, uma sala de biblioteca que funciona como sala de aula, uma pequena cozinha, um refeitório coberto. O espaço para a recreação é em torno da escola com aproximadamente 3m de largura. Os sanitários são bons e de uso coletivo.

Na prática, é fundamental que haja um espaço adequado para o desenvolvimento de todas as atividades propostas pela escola, o que confirma a definição de “lugar” dada por Santos:

O lugar é como porção do espaço que assegura a unidade do contínuo e do descontínuo, possibilitando sua evolução e assegurando uma estrutura concreta inconfundível, e sua configuração como resultado de ações multilaterais que se realizam em tempos desiguais nos diversos pontos da superfície terrestre (SANTOS, 1986, p. 211).

Nesse sentido, a escola se desdobra para atender as necessidades dos educandos. De uma forma geral, mesmo com a estrutura aquém do ideal, a dinâmica da Escola é organizada para que todos sejam atendidos de forma adequada e plena.

6. PROCESSOS DE DECISÃO

A direção da escola não decide nada sozinha, mas sim apoiada na decisão do Colegiado Escolar. É por meio do planejamento participativo com o envolvimento de todos os segmentos da comunidade escolar que a equipe gestora se sente fortalecida para juntos decidirem sobre as ações em caráter deliberativo e consultivo referentes à escola.

A escola tem um Colegiado Escolar que é formado por representantes da comunidade escolar (professores, demais funcionários, representantes de pais, responsáveis por alunos menores de 14 anos e representantes dos alunos) conforme o art. 2º da Resolução SEE nº 2.554, de 26 de fevereiro de 2014, sendo eleitos de dois em dois anos através de Resolução da Secretaria Estadual da Educação de MG e indicados através do voto por seus pares. Todas as ações da escola são consultivas e deliberativas pelo Colegiado Escolar.

A Resolução da SEE/MG nº 2.554 dispõe ainda "sobre a estrutura e o funcionamento do Colegiado Escolar na estadual de ensino de Minas Gerais", a qual reconhece "a importância do Colegiado para o fortalecimento da gestão da escola".

Em seu no art. 9º determina que:

As reuniões do colegiado escolar ocorrem por convocação de seu presidente ou por, no mínimo, dois terços de seus membros titulares ou pelo diretor da Superintendência Regional de Ensino à qual a escola pertence:

I - ordinariamente, uma vez por mês;

II - extraordinariamente, sempre que necessário.

Art. 10 - As reuniões do Colegiado Escolar devem contar com a presença de mais de 50% dos membros titulares.

§ 1º Na hipótese de afastamento do titular, o suplente que o substituir constará do percentual previsto no artigo.

§ 2º O membro titular que faltar a três reuniões consecutivas ou alternadas, sem justificativa formal, é automaticamente desligado e substituído pelo suplente (MINAS GERAIS, 2013, art. 9º).

As contribuições que o Colegiado Escolar proporciona à gestão escolar são significativas, pois são muitas suas competências, as quais estão expressas no art. 8º:

I - elaborar e divulgar o cronograma das reuniões ordinárias;

II - aprovar e acompanhar a execução do Projeto Pedagógico da Escola, do Plano de Ação e do Regimento Escolar;

III - acompanhar a evolução dos indicadores educacionais (avaliações externa e interna, matrícula e evasão escolar) e propor, quando se fizerem necessárias, intervenções pedagógicas e medidas educativas, visando à melhoria da qualidade do processo de ensino e de aprendizagem;

IV - indicar, nos termos da legislação vigente, servidor para o provimento do cargo de diretor e para o exercício da função de vice-diretor, nos casos de vacância e de afastamentos temporários;

V - propor parcerias entre escola, pais, comunidade, instituições públicas e organizações não governamentais (ONG);

VI – propor e acompanhar a adoção de medidas que visem à promoção de uma cultura de paz no ambiente da escola;

VII - propor a utilização dos recursos orçamentários e financeiros da Caixa Escolar, observadas as normas vigentes, e acompanhar sua execução;

VIII - referendar ou não a prestação de contas aprovada pelo Conselho Fiscal;

IX - opinar sobre a adoção de medida administrativa ou disciplinar em caso de violência física ou moral envolvendo profissionais de educação e alunos, no âmbito da escola (MINAS GERAIS, 2013, art. 8º).

Na E. E. Antônio Loureiro Sobrinho, a rotatividade no quadro de dirigentes devido à falta de interesse no cargo comissionado é grande. As equipes diretivas são eleitas para um mandato de três anos, podendo se reeleger e chegar a, no máximo, dois mandatos, através de certificação e eleição direta pela comunidade escolar: funcionários da escola e pais.

A equipe diretiva da Escola é composta apenas pelo Diretor, uma vez que, de acordo com Resolução SEE nº. 2.442, de 7 de novembro de 2013, o quadro de funcionários não comporta um vice-diretor porque o número de turmas é inferior a 15. A atual diretora foi designada, com aprovação do Colegiado Escolar e SRE/SEE no ano de 2013 para o cargo, devido vacância do cargo/desistência da candidata eleita.

A diretora, juntamente com a Comunidade Escolar, tem buscado democraticamente, criar estratégias para melhorar a qualidade de ensino, através do diálogo e da participação responsável de todos num clima de equipe, acreditando num caminho necessário para a formulação de um novo Projeto Político Pedagógico.

Tal fato vai ao encontro do que é afirmado por Kazmier:

A habilidade em tomar decisões é a chave para o planejamento bem sucedido em todos os níveis da gestão. Isto envolve mais que uma simples seleção de planos de ação que assume pelo menos três fases: diagnóstico; descobertas de alternativas e análises (KAZMIER, 1975).

7 - RELAÇÕES DE TRABALHO

Em seu texto, Japecanga destaca que:

A democratização das relações de trabalho na escola pública básica ressalta uma realidade bastante difícil, em vários sentidos como professores mal formados, jornada de trabalho excessiva e políticas públicas antidemocráticas. As relações de trabalho na escola pública se constituem em relação de poder (JAPECANGA, 2000, p. 41).

Esse poder salientado por Japecanga significa, de acordo com Weber (1979, p.43) "a probabilidade de impor a própria vontade, dentro de uma relação social, mesmo contra a resistência e qualquer que seja o fundamento desta probabilidade". Sendo assim, "o diretor é um importante profissional nesse contexto. Ele deve ser um articulador" (JAPECANGA, 2000, p. 45).

Portanto, neste contexto coletivo, cabe ao gestor "promover a criação e a sustentação de um ambiente propício à participação plena dos profissionais, alunos e pais, num processo" de socialização (DORSA, 2014). Sendo a escola um ambiente de interação, os espaços são flexíveis, o que estabelece momentos de reflexão-ação-avaliação da realidade escolar.

A escola entende a disciplina como forma de organização escolar, não como meio de controle de comportamento. No âmbito da sala de aula, educadores e alunos deverão estabelecer os princípios, as normas, os contratos de convivência, estendendo-os aos pais, dentro do processo pedagógico e regimental.

A escola e a família devem estabelecer uma relação de parceria, respeitando os papéis que competem a cada uma, buscando uma participando comprometida por todos. Todo princípio deverá considerar a legislação vigente em estatuto próprio do Conselho de Classe, Regimentos Escolares, Colegiado e Caixa Escolar.

Os conflitos que ocorrem em sala de aula são resolvidos pelos professores, sendo que, apenas os casos mais graves são encaminhados à direção. Para essas situações, a família também é convocada a comparecer na escola. Em caso extremo solicita-se a presença dos pais, o Colegiado Escolar, Conselho Tutelar e a Patrulha Escolar.

Há um bom relacionamento entre a equipe diretiva, professores, alunos, família e demais funcionários. A equipe diretiva está à frente do trabalho, mas todas as decisões pedagógicas, financeiras e administrativas são pautadas no Colegiado Escolar.

A escola promove atividades com objetivo de motivar os pais a participarem da vida escolar de seus filhos através de reuniões, palestras, valorizando as famílias que participam dos trabalhos promovidos pela escola.

Todo final de etapa letiva são realizadas as reuniões de pais, para que os mesmos tomem conhecimento da vida escolar de seu filho, e caso haja necessidade a escola convocará a presença do responsável, no dia a dia para esclarecimentos factuais, via circular, boletins individuais, com registros no caderno de ocorrências e auto avaliação. Estas reuniões são realizadas à noite, no horário de 18h às 20h, previamente estabelecido no calendário escolar.

Esta interação aluno, pais e escola possibilita superar dificuldades no processo de ensino aprendizagem e na educação dos cidadãos que é compromisso de todos os envolvidos.

8. AVALIAÇÃO

Após a promulgação da LDB 9.394/96, a avaliação escolar passou a ter um caráter mais processual, íntegro e humano, em destaque na alínea a, do art. 24º: "a avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais".

Segundo Libâneo,

A avaliação é uma tarefa didática necessária e permanente do trabalho docente, que deve acompanhar passo a passo o processo ensino-aprendizagem. Através dela, os resultados que vão sendo obtidos no decorrer do trabalho conjunto do professor e dos alunos são comparados com os objetivos propostos, a fim de constatar progressos, dificuldades e reorientar o trabalho para as correções necessárias (LIBÂNEO, 1994, p. 195).

Santana (1995, p.7) comunga da mesma opinião quando apresenta que a "avaliação é a alma do processo educacional porque é o termômetro que permite confirmar o estado em que se encontram os elementos envolvidos no contexto".

A Rede Estadual de Ensino de Minas Gerais tem um sistema de avaliação, o SIMAVE (Sistema Mineiro de Avaliação) que:

[...] é um dos principais instrumentos para a elaboração de políticas públicas dos sistemas de ensino e redirecionamento das metas das unidades escolares. Seu foco é o desempenho da escola e o seu resultado é uma medida de proficiência que possibilita aos gestores a implementação de políticas públicas, e às unidades escolares um retrato de seu desempenho (CAED/UFJF, 2014).

A escola estadual Antônio Loureiro participa das avaliações sistêmicas, de forma que os alunos são avaliados em determinados anos do ciclo.

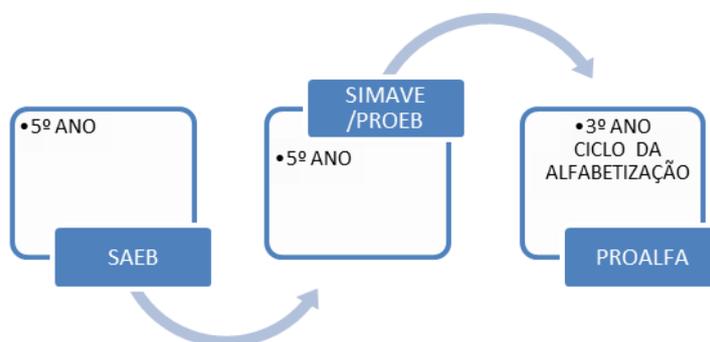


Figura 1 – Avaliações Sistêmicas (elaborado por Neuza Duarte)

O SAEB (Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica) é composto por três avaliações externas em larga escala (INEP, 2014), sendo elas a ANEB (Avaliação Nacional da Educação Básica), a ANRESC (Avaliação Nacional do Rendimento Escolar), também chamada de “Prova Brasil” e a ANA (Avaliação Nacional da Alfabetização) que foi incorporada ao Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB) pela Portaria nº 482, de 7 de junho de 2013.

Em 2000, a Secretaria de Educação do Estado de Minas Gerais criou o SIMAVE (Sistema Mineiro de Avaliação da Educação Pública) que, atualmente engloba o PROALFA (Programa de Avaliação da Alfabetização), o PROEB (Programa de Avaliação da Educação Básica) e o PAAE (Programa de Avaliação da Aprendizagem Escolar), cujo objetivo é entender as múltiplas dimensões da educação pública, buscando aprimoramentos no processo.

Para esta escola em estudo, as metas de proficiência também foram estabelecidas pelo IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica), índice criado pelo INEP (Instituto Nacional de Estudos e de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira) em 2007 como parte do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE).

O SAEB tem contribuído para que o país se autoavalie no tocante à educação. Na escola, são realizadas as provas do SIMAVE e a PROVA BRASIL. Os resultados dessas avaliações trazem um momento de reflexão para a escola, pelo qual os educadores comparam o desempenho dos alunos com eles mesmos e com as demais escolas do município e do estado. Sabe-se que este não é o único instrumento que se deve considerar ao analisar o sucesso ou fracasso da escola, mas a importância desse parâmetro nacional é primordial para a escola realizar uma autoavaliação e redimensionar ou aprimorar a sua prática educativa.

Diante dos resultados das avaliações externas, a equipe tem refletido sobre o fazer pedagógico, as ações cotidianas na escola, as práticas em sala de aula e o relacionamento mútuo.

Faz parte também do PPP, o Programa de Intervenção Pedagógica (PIP) cujo objetivo é oferecer apoio à equipe escolar e garantir a aprendizagem

do aluno, direcionando as intervenções pedagógicas para o aprimoramento das habilidades que não foram consolidadas. As ações do PIP vão desde o reagrupamento dos alunos, realização de oficinas de leitura e escrita, projetos interdisciplinares envolvendo as famílias, orientações aos alunos, pais e até a visita domiciliar.

Percebe-se o envolvimento e o comprometimento da equipe escolar em construir uma escola de melhor qualidade, mas ainda há um questionamento: quais são os diferenciais para uma instituição de ensino garantir um ensino de qualidade?

No caminho para uma resposta, Luck (2005, p.48) argumenta que "A qualidade do ensino depende de que as pessoas afetadas por decisões institucionais exerçam o direito de participar desse processo de decisões, assim como tenham o dever de agir para implementá-las".

A política educacional mineira tem buscado elevar a qualidade do ensino e envolver a família na escola. Já é determinado pela SEE-MG no Calendário Escolar o Dia "D". Em síntese, o dia "D" é uma ação pedagógica que envolve educadores e comunidade, realizada por meio de uma parceria entre o Governo de Minas e os municípios do Estado. Neste momento as escolas fazem uma discussão para repensar as estratégias de ensino e adequar o plano de intervenção pedagógica, apresentando-o à comunidade escolar para que ela também possa apresentar suas sugestões.

A primeira parte do dia "D" é realizada com todos os funcionários da escola e se intitula "Toda escola deve fazer a diferença" e nela são discutidos "os resultados das avaliações internas e externas [...], as metas acordadas" de forma que também se possa "reavaliar as ações e refletir sobre a realidade da aprendizagem dos alunos e planejar as ações de intervenção pedagógica" para os alunos de baixo desempenho, de acordo com o Guia de Revisão e Reorganização do Plano de Intervenção Pedagógico (MINAS GERAIS, 2013, p.5).

O segundo momento é realizado com a participação dos pais, alunos, professores, equipe pedagógica e diretiva, sendo denominado "Toda a Comunidade Participando". É realizado num sábado, sendo um evento

fundamental para refletir, ouvir, conhecer os resultados das avaliações externas, sugerir ações para ajudara melhorar a educação na escola e ressaltar a importância e o dever da família em acompanhar a vida escolar do filho.

Ao longo do ano letivo, a avaliação da aprendizagem é realizada de forma contínua e processual, dinâmica e participativa, diagnóstica e investigativa. Para tanto, a escola lança mão de vários recursos, como a auto-avaliação, a avaliação escrita, a participação do aluno, os seminários e os projetos interdisciplinares. A avaliação escrita divide-se em avaliações mensais e bimestrais, nas quais é atribuído conceito.

Em reuniões são avaliadas as ações que foram implementadas, as que estão sendo realizadas e as que não foram possíveis para que, com base nesse diagnóstico, se possa replanejá-las.

Além dessas, é de competência da escola e direito do aluno a realização dos estudos de recuperação, caso o educando não tenha atingido o aproveitamento mínimo aceitável. De acordo com o decreto nº 2.251/2006 da SME: "A escola deve organizar diferentes estratégias para ampliar as oportunidades de aprendizagem e de avaliação dos alunos, oferecendo-as no decorrer do ano letivo e após o mesmo estudo de recuperação" (SME de Montes Claros, 2006, art. 8º).

Exige-se, também, "para fins de aprovação do aluno a frequência mínima obrigatória de 75% da carga horária anual e um mínimo de aproveitamento em relação aos objetivos definidos para os conteúdos curriculares do nível em que se encontra" (MINAS GERAIS, 2004, art. 36).

A escola é responsável também pelo processo de classificação dos educandos. Nesse sentido, classificação significa "posicionar o aluno em séries anuais, períodos semestrais, ciclos ou outras formas de organização, compatíveis com sua idade, experiência, nível de desempenho ou de conhecimento" (MINAS GERAIS, 2013, p. 20).

Para tanto, tem-se como base a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) 9.394/96 que, no art. 24, inciso I, apresenta que "a

classificação do aluno pode ser feita em qualquer série ou etapa, exceto a 1ª do Ensino Fundamental”.

Em caráter excepcional, pode-se ainda optar pela reclassificação do educando, que basicamente implica em:

[...] reposicionar o aluno em série, período, ciclo, fase ou etapa diferente daquela indicada em seu histórico escolar.

É recomendável que a decisão de reclassificação seja decorrente de manifestação de uma comissão, presidida pela Direção da Escola, e que tenha representantes docentes do curso no qual o aluno deverá ser classificado, bem como dos profissionais responsáveis pela Coordenação/Supervisão das atividades pedagógicas.

A descrição do processo de reclassificação fará parte do Regimento Escolar que deverá estar em vigor no início do período letivo.

Os documentos que fundamentam a classificação ou reclassificação de cada aluno serão arquivados na escola (MINAS GERAIS. Progestão, 2013, p.20).

Em meio a todo o processo, o corpo docente das instituições também é avaliado por meio da avaliação de desempenho, processos orientados pelas Resoluções 5645/04 e 5690/04. Em síntese, essa avaliação tem o objetivo de acompanhar durante o ano letivo e avaliar o desempenho do servidor público, para conferir-lhe estabilidade, com base na aptidão e capacitação demonstrada para realizar seu trabalho durante o período de estágio probatório e também para o seu quadro efetivo. O acompanhamento também é realizado com o servidor designado também, mas não é lançado no sistema de avaliação.

Todos os instrumentos avaliativos, sejam eles para professores ou alunos, orientam o sistema educacional para sua constante melhoria e aperfeiçoamento, visando o trabalho e o desenvolvimento das distintas competências do sujeito.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sabe-se que a Escola é uma Instituição social, voltada para ofertar uma educação de qualidade às crianças. Para tanto, é necessário que os objetivos de toda comunidade escolar estejam integrados, bem como todo corpo docente e administrativo, pautados nos princípios legais, regidos por Resoluções e Leis vigentes.

O Projeto Político Pedagógico (PPP) é o retrato da Instituição. Nele estão contidas suas metas, seus objetivos, suas estratégias, suas atividades pedagógicas e administrativas. Ele é também parte integrante do Regimento Escolar e do planejamento.

Na execução e manutenção do que é proposto pelo PPP, o gestor é o principal articulador, garantindo sua divulgação e não o colocando como um documento intocável e de gaveta. É urgente e necessário efetivar esta ação, pois é por meio deste trabalho e da reflexão, que se pautam os direcionamentos e as ações.

Salienta-se, ainda, o fato de que o Projeto Político Pedagógico nunca está pronto e acabado. Toda mudança que assegure aos educandos melhorias na qualidade do ensino é bem-vinda e pode ser inserida no PPP.

Diante do que foi avaliado, sabe-se que a Escola Estadual Antônio Sobrinho Loureiro ainda há um longo caminho a percorrer. Entretanto, tem-se a certeza de que com a construção do Projeto Político Pedagógico o primeiro passo foi dado e que, trabalhando no sentido de garantir a união entre a comunidade, a família e a escola, haverá uma constante busca por melhorias para a escola.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: Lei nº 9.394/96.** Congresso Nacional. Diário Oficial de 20 de dezembro de 1996.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil. Emendas Constitucionais.** Brasília, 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 15 ago. 2014.

_____. **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).** Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/>>. Acesso em: 26 out. 2014.

CAED/UFJF (CENTRO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO). **Avaliação Externa.** Disponível em <<http://www.portalaavaliacao.caedufjf.net/pagina-exemplo/tipos-de-avaliacao/avaliacao-externa/>>. Acesso em: 25 out. 2014.

CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução à teoria geral da administração.** 6 ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

DELORS, Jacques (Coord.). **Os quatro pilares da educação.** In: Educação: um tesouro a descobrir. São Paulo: Cortezo. p. 89-102. Disponível em: <http://www.educacional.com.br/articulistas/outrosEducacao_artigo.asp?artigo=artigo0056>. Acesso em: 26 out. 2104.

DICIONÁRIO AURÉLIO. **Administração.** Disponível em <<http://www.dicionariodoaurelio.com/>>. Acesso em 26 out. 2010.

DOURADO, Luiz Fernandes; OLIVEIRA, João Ferreira; SANTOS, Catarina Almeida. Brasil: MEC/INEP. **A qualidade da educação: conceitos e definições.** 1998. Disponível em: <http://escoladegestores.mec.gov.br/site/8-biblioteca/pdf/qualidade_da_educacao.pdf>. Acesso em: 29 jun. 2014.

DORSA, Karina. **Professores competentes.** Disponível em: <http://gestaoescolar2010.blogspot.com.br/2009_06_01_archive.html>. Acesso em: 26 out. 2104.

JAPECANGA, Alaíde Pereira. **A Democratização das Relações de Trabalho na Escola Pública Básica.** Disponível em <<http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/orgdemo/article/viewFile/458/357>>. Acesso em: 19 ago. 2014.

KAZMIER, Leonard. J. **Princípios de Gerência.** 2. ed. Rio de Janeiro: Pallas, 1975.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. 2ª edição. São Paulo: Cortez, 1994.

LUCK, Heloísa. et. al. **A escola participativa: o trabalho do gestor escolar**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

MINAS GERAIS. **Guia do Especialista em Educação Básica – SEE/MG**. 2010, p.13. Disponível em: <http://crv.educacao.mg.gov.br/sistema_crv/banco_objetos_crv/%7B9C964833-314-4CEE-BEE1-33B32E0AC451%7D_Guia%20Especialista%20VF.indd.pdf>. Acesso em: 26 out. 2014.

_____. **Resolução SEE nº 521, de 02 de fevereiro de 2004**. Disponível em: <<http://sreuberlandia.educacao.mg.gov.br/images/stories/docs/direa/legislacao/resolucao-521-de-2004.pdf>>. Acesso em: 26 out. 2014.

_____. Secretaria Municipal de Patos de Minas. **PROPOSTA CURRICULAR Volume 1 – Pressupostos Teóricos 2005**. Disponível em: <www.patosdeminas.mg.gov.br/.../PROPOSTA%20CURRICULAR%20vol...>. Acesso em: 26 out. 2014.

_____. Secretaria Municipal de Montes Claros. **Decreto nº 2.251/2006**. Disponível em: <http://www.montesclaros.mg.gov.br/publica_legais/decretos/decret_2006/jul-06/decreto-2251-06.pdf>. Acesso em: 26 out. 2014.

_____. **Termo de compromisso, artigo 28 do Decreto n.º 44.559, de 29/06/2007**. Disponível em: <http://crv.educacao.mg.gov.br/sistema_crv/documentos/certificacao-ocupacional/02_termo-de-compromisso-diretor-e-vice.pdf>. Acesso em: 26 out. 2014.

_____. **Secretaria de Estado de Educação. SIMAVE**. Disponível em: <<http://www.simave.caedufjf.net/proeb/resultadosescala/>>. Acesso em 20 jun. 2014.

_____. **Resolução SEE nº 1.812, de 22 de março de 2011**. Disponível em: <<http://www.indicacaodiretor.mg.gov.br/documento/019.pdf>>. Acesso em: 26 out. 2014.

_____. **Resolução SEE nº 2.197, de 26 de outubro de 2012**. Disponível em: <<http://www.educacao.mg.gov.br/images/documentos/2197-12-r.pdf>>. Acesso em: 26 out. 2014.

_____. **Resolução SEE nº 2.442, de 07 de novembro de 2013**. Disponível em: <<http://www.educacao.mg.gov.br/images/documentos/2442-13-r.pdf>>. Acesso em: 26 out. 2014.

_____. **Resolução SEE nº 2.554, de 26 de fevereiro de 2014.** Disponível em:
http://crv.educacao.mg.gov.br/sistema_crv/banco_objetos_crv/%7BA6A6D2D2-D56D-473B-8E70-7F4D145BE2CE%7D_RESOLU%C3%87%C3%83O%20SEE%20N%C2%BA%202.554.pdf. Acesso em: 26 out. 2014.

_____. Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais. **Projeto de capacitação a distância para gestores escolares (Progestão) 2013.** Disponível em < progestao.educacao.mg.gov.br >. Acesso em: 26 out. 2014.

_____. Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais. **Projeto de capacitação a distância para gestores escolares (Progestão) 9ª edição.** Caderno de Intermódulo III. Como promover a construção coletiva do projeto pedagógico da escola? 2013. Disponível em: < crv.educacao.mg.gov.br/sistema_crv/Progestao/interModuloIII.doc >. Acesso em: 26 out. 2014.

_____. Secretaria Estadual de Educação de Minas Gerais. **Guia de Revisão e Reorganização do Plano de Intervenção Pedagógica 2013.** Disponível em < http://www.educacao.mg.gov.br/images/stories/pip/CARTILHA_PIP_GUIA_REV_ISAO_WEB.pdf >. Acesso em: 26 out. 2014.

MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa. **Propostas curriculares alternativas: Limites avanços.** Educação & Sociedade. Ano XXI, n.º 73, 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v21n73/4210.pdf>>. Acesso em: 29 jun 2014.

_____. **O Campo do Currículo no Brasil: os anos noventa.** 2010. Disponível em: <moodle3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em: 21 jul. 2014.

OLIVEIRA, João Ferreira de. **A construção coletiva do projeto político-pedagógico (PPP) da escola.** 2010. Disponível em: <moodle3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em: 14 jul. 2014.

PACHECO, José A. **Currículo: Teoria e Práxis.** Porto: Porto Editora. 1996.

PERRENOUD, Ph. **Construir as Competências desde a Escola.** Porto Alegre: Artmed Editora, 1999.

PINHEIRO, Roseni. **As práticas do cotidiano na relação oferta e demanda dos serviços de saúde: um campo de estudo e construção da integralidade.** In Pinheiro; Roseni; Mattos, Ruben Araújo de (orgs.). Os sentidos da integralidade na atenção e no cuidado à saúde. Rio de Janeiro: UERJ, IMS; ABRASCO, 2001. p. 65.

PINTO, O. F. C, FELDMAN, M. G., SILVA, R. C. (Org) **Administração escolar e política da educação**. Piracicaba: UNIMEP, 1997.

SACRISTÁN, J. Gimeno. **Poderes instáveis em educação**. Porto Alegre: Artmed, 1999.

SANT'ANNA, Ilza Martins. **Por que avaliar?: Como avaliar?: Critérios e instrumentos**. 3ª Edição, Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia nova**. 3a. Ed. São Paulo, Editora Hucitec. 1986.

SILVA, Tomaz Tadeu. **Identidades terminais: as transformações na política da pedagogia e na pedagogia da política**. Petrópolis: Vozes, 1996.

SOUZA, Ângelo Ricardo de et Al. **Caminhos possíveis na construção da gestão democrática da escola. Planejamento e trabalho coletivo**. Universidade Federal do Paraná, Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica. Curitiba: Ed. da UFPR. 2005.

TIMÓTEO. **Projeto Político Pedagógico da Escola Estadual Antônio Loureiro Sobrinho**. Timóteo, MG, 2012.

VEIGA, Ilma Passos A. **Perspectivas para reflexão em torno do projeto político-pedagógico**. In: VEIGA, Ilma Passos A. e RESENDE, Lúcia G. de (orgs.). *Escola: espaço do projeto político-pedagógico*. Campinas, SP: Papirus, 1998.

WEBER, M. **Economia e sociedade**. Brasília: UnB, 1979. Disponível em <http://escoladegestores.mec.gov.br/site/4-sala_politica_gestao_escolar/pdf/texto2_2.pdf>. Acesso em: 26 out. 2014.

